






EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA CATARINA: ANOS 1900 A 1960

Emergency of teaching and training of teachers in the history of childhood education in Santa Catarina: years 1900 to 1960

Rosa **BATISTA**
Professora aposentada
Universidade do Sul de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil
rosatigipa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4399-6621> 

Patrícia Regina Silveira de **SÁ**
NEIM Monsenhor Frederico Hobold
Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
Florianópolis, Brasil
patricia.sabrant@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1465-4198> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O presente artigo trata de duas pesquisas vinculadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (Nupein) da Universidade Federal de Santa Catarina, as quais, em nível de doutorado, se propuseram a investigar a emergência da docência e a formação de professoras em jardins de infância e creches em Santa Catarina, de 1900 a 1960. Em ambas, a investigação documental contou com variado acervo de fontes, como crônicas, jornais, atas, anais, revistas, relatórios, certidões, decretos, termos de inspeção de visitas, fotografias, fontes orais. O trabalho evidenciou que a emergência da docência em creches e jardins de infância e a formação de professoras nestes últimos, assim como a criação de tais instituições, ocorreram sob o protagonismo da educação confessional católica e luterana. A iniciativa das instituições confessionais nesse segmento da educação da pequena infância se sobrepôs ao papel do estado catarinense, que não passou da letra da lei.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação infantil de Santa Catarina. Docência. Formação de professoras.

ABSTRACT

This article deals with two researches linked to the Nucleus for Studies and Research of Education in Young Childhood (Nupein) of the Federal University of Santa Catarina, which, at the doctoral level, aimed to investigate the emergence of teaching and teacher education in kindergartens and day care centers in Santa Catarina, from 1900 to 1960. In both, the documentary investigation counted on a varied collection of sources, such as chronicles, newspapers, minutes, annals, magazines, reports, certificates, decrees, terms of inspection of visits, photographs, oral sources. The work showed that the emergence of teaching in crèches and kindergartens and the training of teachers in the latter, as well as the creation of such institutions, took place under the prominence of Catholic and Lutheran confessional education. The initiative of confessional institutions in this segment of early childhood education overlapped the role of the state of Santa Catarina, which did not go beyond the letter of the law.

KEYWORDS: History of early childhood education in Santa Catarina. Teaching. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

As reflexões relativas aos estudos sobre a docência na Educação Infantil se colocam no âmbito dos estudos da Pedagogia da Infância¹, subárea que vem se estabelecendo a partir de consistente elaboração teórica na direção de uma crítica às bases educacionais e pedagógicas tradicionalmente materializadas como orientadoras da educação das crianças desde a Educação Infantil. Nesse sentido, pauta-se pela afirmação de concepções pedagógicas e de conhecimento orientado para a infância e sua educação numa dimensão social e cultural. Esse esforço teórico vem envolvendo uma consolidação conceitual em torno das especificidades das funções da educação da pequena infância relacionada à análise das definições da docência nesse nível, suas origens, formação profissional, carreira, salário e condições de trabalho.

Destaca-se que, no enfrentamento da tarefa de constituição da Educação Infantil de qualidade social referenciada como um segmento da Educação Básica, se tem procurado construir referências, para a docência, orientadas pela complexidade das ações da educação das crianças pequenas. Nesse sentido, pesquisas sobre a docência na Educação Infantil têm se ampliado a partir da década de 1990, dentre elas, Cerisara (1996), Sayão (2006), Fernandes (2010), Duarte (2011), Vieira e Souza (2010), Coutinho (2013), Vieira e Oliveira (2013), Castro (2016) e Agostinho (2018).

A docência na Educação Infantil de “forma mais acentuada que nas demais etapas da educação básica [...] constitui-se como um *locus* por excelência de diversidade de formas de composição e organização do trabalho docente”, colaborando para isso, dentre outras questões, os processos e as origens históricas das instituições e as políticas de assistência social e de educação (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 5). Estudos históricos que tratam das bases da Educação Infantil no Brasil têm permitido, de forma bastante consistente, conhecer suas origens e os contextos sociais que fizeram emergir instituições voltadas para a criança, em creches e jardins de infância, e as funções sociais que cada qual assume em seu tempo. Estudos como os de Kramer (1982), Kishimoto (1986), Civiletti (1988), Vieira (1986), Kuhlmann Jr. (1998), Bastos (2001) e Souza (2004) contribuem para a história da educação da infância, das instituições e das políticas sociais

¹ Sobre a Pedagogia da Infância, ver Rocha (1997).

e educativas. Contudo, evidencia-se ainda um hiato quando a discussão se encaminha para a constituição histórica da docência na Educação Infantil.

Desse modo, compreender o processo histórico que marca as bases da constituição da docência e as funções sociais que passou a exercer, hoje definidas como professoras de Educação Infantil, foi um dos objetivos das pesquisas de Batista (2013), "A emergência da docência na educação infantil no estado de Santa Catarina: 1908-1949", e de Sá (2020), "Representações sobre formação de professoras para jardins de infância em Santa Catarina (1920-1960): estado, congregações femininas católicas e associações femininas luteranas"².

O propósito deste texto é apresentar algumas reflexões sobre a constituição histórica da docência no jardim de infância e na creche no estado de Santa Catarina, situando o protagonismo feminino de mulheres católicas e luteranas nas iniciativas de jardim de infância e a formação de suas professoras, assim como o caráter médico-filantrópico-assistencial e sua influência na constituição da docência na creche.

INICIATIVAS DE JARDINS DE INFÂNCIA E CRECHES EM SANTA CATARINA (1908–1969)

O mapeamento das iniciativas de jardins de infância e creches em diferentes cidades de Santa Catarina possibilitou inferir a emergência da docência a partir de tais instituições, a formação de professoras e saberes forjados por ações formativas operadas em várias modalidades, saberes esses constituidores da própria docência. Ao mapear jardins de infância e creches entre 1908 e 1969, constatou-se o protagonismo confessional católico e luterano, sendo as creches, em menor número e de caráter médico-filantrópico-assistencial, criadas a partir de iniciativas entre o setor público e privado, incluindo parcerias confessionais. Quanto aos jardins de infância, em número bem maior, predominaram as iniciativas confessionais, com a pouca efetivação de jardins de infância públicos.

² Em ambas as pesquisas, o acervo documental constitui-se de variadas fontes, como crônicas, jornais, atas, anais, revistas, relatórios, certidões, leis e decretos, termos de inspeção de visita escolar, fotografias, fontes orais, entre outras. O processo de composição documental foi realizado a partir de garimpagem de fontes de acervos particulares de instituições confessionais e empreendimentos filantrópicos, acervos pessoais, museu, arquivos públicos e Biblioteca Pública de Santa Catarina. No caso das fontes do estado, a localização deu-se pelo "pinçamento" junto à legislação e a outros documentos oficiais do ensino primário e das escolas normais que formavam professoras primárias. Sobre a constituição de um acervo documental da história da Educação Infantil em Santa Catarina, ver Batista e Schmidt (2018).

Consideradas as rupturas, as continuidades e as permanências na história da educação da primeira infância, tanto no cenário nacional quanto regional, assim como a pouca visibilidade da educação infantil catarinense na história da educação infantil brasileira, apresenta-se uma periodização de iniciativas de jardins de infância e creches em Santa Catarina³.

Quadro 1 – Jardins de infância e creches em Santa Catarina (1908-1969)

ANO	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO	INICIATIVA
1908	Tubarão	Jardim de Infância (Colégio São José)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
s./data ⁴	Brusque	Jardim de Infância	Associação de Senhoras Evangélicas
1912	Brusque	Jardim de Infância (Escola Alemã)	Comunidade Evangélica Luterana
1914	Florianópolis	Jardim de Infância (Colégio Coração de Jesus)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1916	Joinville	Jardim de Infância (Colégio Santos Anjos)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1916	Joinville	Jardim de Infância	Fundação da Sociedade de Socorro das Senhoras Evangélicas
1917	Joinville	Jardim de Infância Tante Dolly	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1927	Lages	Jardim de Infância (Colégio Santa Rosa)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1927	Blumenau	Jardim de Infância (Escola Alemã)	Comunidade Evangélica Luterana
1928	Blumenau	Jardim de Infância (Colégio Sagrada Família)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1928	Canoinhas	Jardim de Infância (Colégio Sagrado Coração de Jesus)	Congregação Missionárias de Maria Auxiliadora
1929	Itajaí	Jardim de Infância (Colégio São José)	Congregação das Irmãs da Divina Providência/Irmãzinhas da Imaculada Conceição
1932	Brusque	Jardim de Infância (Colégio Santo Antônio – São Luiz)	Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus/Congregação das Irmãs da Divina Providência
1934	Indaial	Jardim de Infância Bom Pastor	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1935	Jaraguá do Sul	Jardim de Infância (Colégio Divina Providência)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1935	Porto União	Jardim de Infância (Colégio Santos Anjos)	Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo
1935	São Bento do Sul	Jardim de Infância (Ginásio São José)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1935	São Ludgero	Jardim de Infância	Congregação das Irmãs da Divina Providência

³ O mapeamento foi possível a partir de um conjunto de dados levantados nas fontes documentais de Batista (2013) e Sá (2020) e em outras pesquisas realizadas no âmbito de alguns municípios (BIANCHEZZI, 2009; ISOTTON, 2004; PIERI, 2014; RABELO, 2007). Outras iniciativas, no período, ainda poderão ser localizadas e, provavelmente, o serão por pesquisas vindouras.

⁴ Criado pela Associação de Senhoras de Brusque, fundada em 1907 (não se dispõe da data de abertura).

ANO	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO	INICIATIVA
1935	Blumenau	Jardim de Infância do Garcia	Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau/Empresa Garcia
1935	Blumenau	Jardim de Infância Princesa Isabel	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1935	Rio do Sul	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1935	Florianópolis	Jardim de Infância Cacilda Guimarães (Instituto de Educação)	Governo do Estado de Santa Catarina Obs.: sem comprovada efetivação
1935	Lages	Jardim de Infância (Instituto de Educação)	Governo do Estado de Santa Catarina Obs.: sem comprovada efetivação
1936	Caçador	Jardim de Infância (Colégio Nossa Senhora de Aparecida)	Sem dados precisos localizados
1936	São Bento do Sul	Jardim de Infância Pequeno Príncipe (Escola Colombo)	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
1936	Joinville	Creche Conde Modesto Leal	Círculo Operário de Joinville/Congregação Irmãs da Ordem de São Vicente de Paula
1936	Joinville	Jardim de Infância	Círculo Operário de Joinville/Congregação Irmãs da Ordem de São Vicente de Paula
1937	São Francisco do Sul	Jardim de Infância (Colégio Stella Matutina)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1937	Florianópolis	Jardim de Infância (Escola Alemã)	Comunidade Evangélica Luterana
1938	Rio do Sul	Jardim de Infância (Colégio Sagrado Coração de Jesus)	Congregação Missionárias de Maria Auxiliadora
1938	Blumenau	Jardim de Infância da Velha	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1938	Ibirama	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1939	Laguna	Jardim de Infância (Colégio Stella Maris)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1941	Florianópolis	Jardim de Infância Educandário Santa Catarina	Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra
1941	Florianópolis	Creche Educandário Santa Catarina	Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra/Congregação das Irmãs da Ordem Franciscana
1942	Tijucas	Jardim de Infância (Escola Normal Espírito Santo)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1944	Tubarão	Jardim de Infância (Colégio São José)	Congregação das Irmãs da Divina Providência
1944	Brusque	Jardim de Infância (Escola Evangélica Alberto Torres)	Comunidade Evangélica Luterana
1945	Criciúma	Jardim de Infância (Casa da Criança/Nossa Senhora de Fátima)	Círculo São José/Pe. Agenor Neves Marques/Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora/Irmãs Beneditinas da Divina Providência
1945	Blumenau	Creche (Empresa Hering)	Empresa Hering
1946	Florianópolis	Creche	Legião Brasileira de Assistência

ANO	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO	INICIATIVA
		(Centro de Puericultura Beatriz Ramos)	
1947	Chapecó	Jardim de Infância (Grupo Escolar/Particular Bom Pastor)	Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora
1948	Urussanga	Jardim de Infância (Casa da Criança/Paraíso da Criança)	Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora
1948	Rio do Sul	Jardim de Infância Delminda Silveira de Souza	Comunidade Evangélica Luterana
1949	Ipira	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1949	Piratuba	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1949	Jaraguá do Sul	Jardim de Infância	Comunidade Evangélica Luterana
1950	Blumenau	Jardim de Infância 2 de Setembro/ Barão do Rio Branco	Mulheres Luteranas/ Comunidade Evangélica Luterana
1950	Jaraguá do Sul	Jardim de Infância Pestalozzi	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
1953	Joinville	Jardim de Infância Martin Luther	Comunidade Evangélica de Joinville
1953	Florianópolis	Jardim de Infância Murilo Braga	Serviço Social do Comércio
1954	Pomerode	Jardim de Infância Belém-Dr. Blumenau	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1955	Tubarão	Jardim de Infância Dom Anselmo	Congregação Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada/Irmãs Catequistas Franciscanas
1955	Blumenau	Jardim de Infância Nazaré	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas/Empresa Frigor
1956	Itajaí	Jardim de Infância Lauro Mueller	Isolde Blaese Drews (Tante Lolli)
1957	Ibirama	Jardim de Infância Monteiro Lobato	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1958	Tubarão	Jardim de Infância Santo Afonso	Instituto Coração de Jesus
1959	Itaiópolis	Jardim de Infância de Itaiópolis	Sem dados precisos localizados
1959	Tubarão	Jardim de Infância Pio XII	Instituto Coração de Jesus
1960	Tubarão	Jardim de Infância Pastorinhas de Fátima	Instituto Coração de Jesus
1960	Capivari	Jardim de Infância Cristo-Rei	Companhia Siderúrgica Nacional/ Instituto Coração de Jesus
1961	Tubarão	Jardim de Infância Santa Teresa	Instituto Coração de Jesus
1963	Tubarão	Jardim de Infância São Judas Tadeu	Instituto Coração de Jesus
1963	Tubarão	Jardim de Infância Lar das Meninas	Congregação Irmãs Sacramentinas de Bérnago
1963	Canoinhas	Jardim de Infância	Sem dados de identificação
1963	Orleans	Jardim de Infância Alice Verane	Lions Clube de Orleans
1964	Campos Novos	Jardim de Infância	Governo do Estado de Santa Catarina

ANO	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO	INICIATIVA
		(Grupo Escolar Gustavo Richard)	
1965	Braço do Norte	Jardim de Infância Menino Jesus	Instituto Coração de Jesus
1965	Blumenau	Jardim de Infância Tereza Cristina	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
1965	Lauro Müller	Jardim de Infância	Serviço Social da Indústria
1967	Siderópolis	Jardim de Infância	Instituto Coração de Jesus
1969	Tubarão	Jardim de Infância (Colégio Santíssimo Sacramento)	Congregação Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Essa apresentação cronológica não corresponde a uma visão factual ou descritiva da história, de modo linear ou unidirecional, pois se compreende que a história da educação das crianças pequenas em Santa Catarina não se constituiu apenas no âmbito educacional. Como lembra Kuhlmann Jr. (1998, p. 15), “a educação não seria apenas uma peça do cenário, subordinada a uma determinada contextualização política ou socioeconômica, mas elemento constitutivo da história da produção e reprodução da vida social”.

Desse modo, considerou-se importante reunir as variadas iniciativas educacionais existentes nas diferentes regiões de Santa Catarina com o objetivo de informar minúcias que constituem as singularidades da criação e da identificação das instituições em favor da pequena infância em Santa Catarina e dos protagonismos gestados em diferentes contextos sociais, geográficos, históricos e políticos, majoritariamente pela confessionalidade feminina católica e luterana⁵. Ressaltamos que, em sua maioria, os jardins de infância foram criados para atender a uma parcela da população infantil oriunda das classes mais abastadas, com ressalva para instituições de caráter médico-assistencial-filantrópico, destinadas aos filhos de operários, como o Jardim de Infância do Círculo Operário Católico de Joinville⁶, na Creche Conde Modesto; o Jardim de

⁵ A vinda sistemática de imigrantes motivou a chegada de ordens e congregações religiosas estrangeiras, de modo a suprirem demandas na educação, na assistência e no atendimento religioso (BIANCHEZZI, 2008), assim como a vinda de pastores em decorrência do grande contingente de alemães luteranos que chegaram em Santa Catarina (KLUG, 1997). Santa Catarina recebeu um significativo contingente de imigrantes alemães entre 1850 e 1914 (SEYFERTH, 2013).

⁶ Constituiu-se como uma associação civil de trabalhadores, de inspiração católica, que ganhou relevância no Brasil a partir da década de 1930. A partir da aliança entre a Igreja e o estado, tornou-se um movimento de expressão nacional com o objetivo de educar os trabalhadores por meio dos princípios da fé, da ordem e do patriotismo. Para mais esclarecimentos sobre os processos de constituição do Círculo Operário Católico de Joinville, ver Sousa (2002).

Infância da Casa da Criança⁷ do Círculo Operário Católico de São José⁸, em Criciúma; e o Jardim de Infância Nazaré da Companhia Jensen, em Blumenau⁹. As iniciativas de creches foram destinadas aos filhos de trabalhadores, a exemplo da Creche da Companhia Hering¹⁰, da Creche do Centro de Puericultura Beatriz Ramos¹¹ e da Creche Conde Modesto Leal.

No Brasil, essa diferenciação na clientela infantil atendida em jardins de infância e creches distinguia sobretudo a natureza dessas instituições. Os jardins de infância foram alvo de atenção da imprensa, de congressos e de exposições pedagógicas desde o século XIX, adentrando o século XX, por serem atrelados às crianças ricas e pelo viés pedagógico, que procurou desvincular sua destinação a crianças pobres, às quais caberiam instituições de guarda e prevenção, como as creches, ligadas à assistência científica (KUHLMANN Jr., 1998).

Os dados reunidos fornecem elementos que confirmam o protagonismo da educação confessional nos jardins de infância, assim como algumas iniciativas de parceria nas creches: a) entre 1908 e 1969, tem-se registro da fundação de 33 jardins de infância, em especial, por parte de congregações femininas católicas, 24 das quais são originárias da Alemanha¹²; b) entre 1912 e 1965, foram fundados 28 jardins de infância, vinculados, em especial, a associações femininas luteranas, ou à sua Igreja, a partir de descendentes de imigrantes alemães; c) entre 1936 e 1946, foram fundadas 4 creches, 2 das quais podem ser caracterizadas como iniciativa mista entre o setor público e/ou privado, em parceria com congregações femininas católicas; e d) constam como públicos, ou não confessionais, entre 1935 e 1965, registros de 6 jardins de

⁷ Casa da Criança, instituição vinculada ao Programa Nacional de Proteção à Infância e à Maternidade do Departamento Nacional da Criança (DNCr), destinado a receber crianças de todas as idades durante as horas em que as mães permaneciam no trabalho. Sua estrutura comportava creche, escola maternal, jardim de infância, cursos primários, além de posto de puericultura.

⁸ Foi criado no ano de 1932 como Associação Católica vinculada à Arquidiocese de Florianópolis com o objetivo de colaborar para a formação do espírito cristão na família e na sociedade, fundação de estabelecimentos de caridade e beneficência, tais como asilo, hospital, associação de proteção à infância, entre outros.

⁹ Fundada em 1932, a Companhia Jensen, de laticínios, juntamente com a Igreja Luterana, ajudou a financiar o Jardim de Infância Nazaré, que também atendia crianças das famílias de operários.

¹⁰ A criação da creche na Cia. Hering responde ao cumprimento das exigências do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que consolida as Leis do Trabalho, sobre a obrigação das empresas que empregam mais de 30 mulheres acima de 16 anos manter um local apropriado permitindo às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, seus filhos no período da amamentação.

¹¹ O Centro de Puericultura Beatriz Ramos foi criado, no ano de 1945, pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) na cidade de Florianópolis.

¹² As demais são de ordens ou congregações católicas, predominantemente originárias da Itália.

infância (desses, 3 seriam de iniciativa do estado de Santa Catarina, sendo comprovada a criação de apenas 1 deles junto a um grupo escolar)¹³.

EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA CATARINA

A emergência da docência em Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX foi constituída sobre os pilares da religião, da filantropia e da assistência médico-higiênica. Mulheres, padres, pastores e médicos tiveram papel importante nas iniciativas de jardins de infância e creches. Tais iniciativas expressavam, em alguma medida, o crescente lugar de destaque da pequena infância em âmbito nacional e internacional no século XX e nos diferentes campos: médico, jurídico, religioso, psicológico e pedagógico. Pelas acepções das peculiaridades psicológicas, sociais e fisiológicas de que se revestem as crianças de 0 a 6 anos, impunha-se, naquele período, a necessidade de profissionais que promovessem sua educação e cuidado para além do ambiente doméstico.

A exemplo do que aconteceu no cenário brasileiro, em Santa Catarina os jardins de infância surgiram antes das creches. Para educar a pequena infância, compreendida como objeto de intervenção social e tutela, emergia a profissional – educadora – que dela se ocuparia de modo a atender às demandas dessa “nova” instituição – o jardim de infância –, que tinha como desígnio imprimir nas crianças o respeito pelas leis e pela ordem social; conduzi-las nos caminhos da fé e da virtude; e conservar sua natureza infantil ativa e criativa. Os saberes maternos, aliados aos saberes religiosos, pedagógicos e psicológicos, conferiam à docência um caráter específico que se traduzia nas práticas educativas no jardim de infância.

Mulheres religiosas católicas e mulheres luteranas desempenharam papel relevante na educação da pequena infância catarinense através de iniciativas pioneiras de variada nomenclatura, como “creche, jardim de infância, casa da criança, paraíso da criança e pré-primário”¹⁴. Igualmente, foi identificada uma variada composição no quadro de profissionais dessas instituições: “irmãs juvenistas, irmã de jardim de infância, senhoras evangélicas, profissionais leigas da comunidade, enfermeiras e professoras” (BATISTA, 2013, p. 169).

¹³ Em 1964, no Grupo Escolar Gustavo Richard (SÁ, 2020).

¹⁴ Ver quadro 1.

No que concerne ao trabalho desenvolvido por mulheres luteranas, o sentimento de responsabilidade sobre uma missão evangélica alinhava-se à exigência de uma formação para o trabalho doméstico, em especial para serem boas mães, como também para atuarem nos jardins de infância, uma missão com intencionalidade pedagógica evidenciada no conteúdo explicitado na formação promovida pela Escola de Senhoras e pela Escola de Economia Doméstica:

[...] onde é introduzido o ensino tanto teórico quanto prático em todos os ramos da administração familiar. [...] as disciplinas educativas gerais são comuns nos dois cursos; porém, o conteúdo da Escola de Senhoras é mais aprofundado e mais extenso. Apenas às alunas-senhoras são ministradas as aulas de educação, psicologia e metodologia do jardim- de-infância, que são apoiadas por atividades práticas com os pequenos do jardim da Escola Nova e da Johannastift. Essas aulas são ministradas de tal forma, que habilitarão as alunas para função de professora, ou seja, diretora do jardim-de-infância. (FRAGMENTOS..., 2001, p. 48).

A base teórica da educação, da psicologia e da metodologia, mais a preocupação com a “especificidade” das práticas nessa modalidade educativa, configuravam uma função distinta da educação realizada na família e na escola. Contudo, “a formação profissional não se encontrava em primeiro plano nessas aulas; seu principal objetivo era ajudar a aluna no desenvolvimento primordial da sua feminilidade, da felicidade espiritual e do seu sentimento maternal” (FRAGMENTOS..., 2001, p. 48-49). Observa-se uma complementaridade entre a dimensão da “feminilidade e sentimento maternal” e a docência, qual seja: “[...] a sua educação, como mãe para a maternidade e como profissional da educação de infância para a educação pública das crianças” (FERREIRA, 2000, p. 182). Assim, as práticas maternas e domésticas se mesclavam às práticas profissionais. Ao se “definir a ‘boa mãe’, que é educadora e a Educadora como profissional da educação da infância”, circunscrevem-se as funções da mulher à educação (FERREIRA, 2000, p. 182). Destaca-se, também, a extensão do papel de cuidado da mãe no jardim de infância como uma premissa de Froebel, que atribuiu à mulher, como educadora, “um papel absolutamente central e praticamente exclusivo na formação das crianças pequenas” em seus jardins de infância (ARCE, 2002, p. 102). Sua obra “procura conclamar as mulheres de sua época a assumir a maternidade e a educação da primeira infância, insistindo na bênção que é ser mãe e na importância da criança como semente da divindade” (ARCE, 2002, p. 125). Outro fator a ser ressaltado no que diz respeito à inspiração froebeliana no jardim de infância de confissão luterana é o papel da mulher como agente da educação moral direcionada pelo espírito feminino,

que se estende aos contextos privados da família como forma de evitar as supostas más influências advindas de outros contextos.

Vale observar que na constituição histórica da docência na Educação Infantil se evidenciam as contradições entre o feminino, o profissional e a preleção da maternidade como papel essencial das mulheres na educação e na socialização das crianças no domínio doméstico. Cerisara (2002) ressalta que esse discurso tem contribuído para potencializar a negatividade das práticas que constituem a maternagem sobre aquelas reconhecidas como pedagógicas e expõe questões que se interpõem nessa relação:

[...] a identidade dos diferentes papéis de mãe-profissional de creche-professora, vivem conflitos relativos à simultaneidade de identidades destes diferentes papéis, assim como percebem uma contaminação das práticas femininas domésticas nas práticas que desenvolvem trabalhando diretamente com as crianças de 0 a 6 anos, as quais devem ter garantidos seus direitos fundamentais através do desenvolvimento de atividades ligadas ao cuidado e educação. (CERISARA, 2002, p. 160).

Concomitante às iniciativas de jardim de infância de confissão luterana, diferentes congregações religiosas femininas católicas assumiram, tanto no jardim de infância como na creche, a educação da pequena infância em diferentes regiões do estado catarinense¹⁵. A abnegação, o espírito cristão, os sentimentos altivos das irmãs de caridade e a formação artística, musical e científica adquiridos no convento, aliados aos seus atributos femininos, eram compreendidos e enfatizados como pré-requisitos para atuar na educação da pequena infância. Sob o tom da evangelização e da filantropia, as mulheres-irmãs protagonizaram as práticas educativas em diferentes instituições criadas por padres, como na Creche Conde Modesto Leal, fundada no ano de 1936 pelo Círculo Operário Católico de Joinville, sob a direção de Padre Alberto Kolb; na Casa da Criança do Círculo Operário Católico de São José, em Criciúma, sob a direção geral do Padre Agenor Neves Marques no ano de 1948; e no Paraíso da Criança, também criado pelo Padre Agenor Neves Marques no ano de 1945. Tais instituições tinham como finalidade assistir, instruir e educar as crianças, nos preceitos da moral, da higiene, da fé e da ordem, como pode ser observado no registro do jornal sobre a chegada das irmãs beneditinas para assumir a direção da Casa da Criança, enfatizando suas habilidades para assumir a educação no jardim de infância dos “filhos dos mais pobres”:

De acordo com os últimos entendimentos havidos entre a direção da CASA DA CRIANÇA e a congregação das Irmãs Beneditinas (de Nova Veneza), em breve assumirão a regência da mesma instituição um grupo de mais ou menos cinco

¹⁵ Ver quadro 1.

Irmãs para vangloriar o recinto e inspirar disciplina aos filhos dos mais pobres, afim de que amanhã, os mesmos filhos sejam úteis à coletividade e à pátria. Reina, entre os católicos, geral contentamento pela aquisição de tão distintas cooperadoras, pois as mesmas são dotadas de incentivada prática e, além de tudo, compreensivas nos deveres cívicos e religiôzos, a bem de educarem os êntes e os conduzirem ao mais sadio convívio social. (FOLHA DO POVO, 1951 apud BATISTA, 2013, p. 87).

Como fundador e diretor do Paraíso da Criança, Padre Agenor Neves Marques assumia o papel de orientador do trabalho pedagógico desenvolvido pela professora leiga Olinda Bettiol¹⁶. Ele definia três elementos que serviriam de guia para a docência no jardim de infância: "1- a criança que vai se formar; 2- a religião (doutrina) que vai se transmitir; 3- a Pedagogia através da metodologia educacional e da Psicologia Infantil que vai se aplicar". Em seus escritos, adverte que "A pedagogia moderna, calcada nos fundamentos da Psicologia, é defendida como uma referência que perpassa essa experiência de Jardim de Infância, e que concebe a criança como um ser individual, em metamorfose, dócil, maleável, solidária" (MARQUES, 1960, p. 16 apud BATISTA, 2013, p. 154).

Sob a influência e a orientação da Pedagogia Moderna, da Psicologia e da Religião, inscreve-se um saber específico que guiava a professora no trabalho com as crianças, reconhecidas pela sua natureza infantil:

A criança, pela sua meiguice, é realmente uma flor delicada e perfumosa, mas não pode ser tratada presa a um vaso, mesmo que seja do mais puro cristal. Gárrula e viva como é, compare-se também a um passarinho, mas não suporta isolamento nem mesmo uma gaiola de ouro. (MARQUES, 1960, p. 15 apud BATISTA, 2013, p. 154).

A concepção de uma natureza infantil, associada a uma visão romântica e religiosa, corporificava a experiência da docência, com inspiração em Froebel: "[...] a natureza é sempre boa e o é enquanto partícipe da obra divina. E o é de maneira mais nítida quando se subtrai às manifestações da sociedade, quando é a mais genuína e espontânea, como na criança" (CAMBI, 1999, p. 425).

As instituições destinadas à educação das crianças de 0 a 3 anos, designadas como creche, emergiram no estado de Santa Catarina a partir da década de 1930¹⁷, por meio da ação do Círculo Operário Católico, da empresa Hering e da Legião Brasileira de

¹⁶ Olinda Bettiol participou da criação e foi a primeira professora do jardim de infância (Paraíso da Criança) sob a coordenação de Ida Bez e Padre Agenor Neves Marques. Para mais informações, ver tese de Batista (2013).

¹⁷ Sobre as iniciativas de creches catarinenses, consultar Batista (2013).

Assistência¹⁸. Esse período de implantação das creches convergia para a imagem regeneradora do estado, adotada pelo então interventor federal Nereu Ramos, em concordância com as políticas sociais do Estado Novo, objetivadas no governo de Getúlio Vargas (BATISTA, 2013). Direcionadas às famílias pobres, sobretudo às crianças e às mães trabalhadoras, eram o foco dos discursos do governo catarinense, alusivos às práticas morais e higiênicas com ênfase na sua conservação e no seu aperfeiçoamento por meio da puericultura. Traduzem-se, nesse contexto, as intenções da elite econômica, política e social representada por médicos, filantropos, comerciantes, industriais, juristas, autoridades eclesiais, entre outros, interessados na ordem, na disciplina e na normalização da população subalternizada, que, na compreensão de Rizzini (2009 apud RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 8), foram os “que deram o tom da arte de governar as crianças ao longo da história”.

A creche, gestada nos moldes da concepção da assistência científica com o propósito de promover a educação higiênica da pequena infância catarinense e de suas famílias, foi referenciada pela medicina social, inscrita na perspectiva da subalternidade, em detrimento de uma educação emancipatória. Segundo Kuhlmann Jr. (1998, p. 14):

A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades.

A creche, na sua concepção médico-filantrópico-assistencial, foi gestada no contexto do Centro de Puericultura Beatriz Ramos, na capital do estado, com o propósito de promover assistência e educação higiênica da pequena infância e de suas famílias pobres, em particular das mães. A exemplo de outros estados brasileiros, as ações educativo-higiênicas e moralizadoras dirigidas à infância em Santa Catarina foram protagonizadas pela LBA, sendo o Centro de Puericultura da capital catarinense apresentado como lócus privilegiado de assistência à infância e à maternidade a partir dos preceitos normativos do Departamento Nacional da Criança.

A creche, como um dos componentes do Centro de Puericultura, configurava-se como instância reconhecidamente assistencial, de controle social e tutelar, voltada à

¹⁸ Fundada em Santa Catarina em 18/10/1942, sob a presidência de Beatriz Pederneiras Ramos, esposa do Interventor Federal, Sr. Nereu Ramos, esteve à frente do Programa Nacional de Proteção à Infância e à Maternidade, instituído pelo Departamento Nacional da Criança.

redenção e à conservação da criança pobre desde a mais tenra idade. “As crianças de 0 a 1 ano eram objeto de intervenção dos serviços de higiene infantil, que ficavam sob a responsabilidade de uma enfermeira e sob vigilância do puericultor e do pediatra” (BATISTA, 2013, p. 163). A formação da enfermeira de saúde pública nos serviços de higiene infantil e creche procedia do campo da puericultura e da dietética. Além dos conhecimentos dos preceitos elementares da puericultura e da higiene infantil, deveriam ser considerados outros atributos, dentre eles, “amável, bondosa, tolerante, paciente e carinhosa” (FIGUEIREDO, 1946, p. 15). Na mesma direção inscreve-se a creche da Cia. Hering, equipada com berçário e uma cozinha dietética para atender aos bebês até a idade de 12 meses, sob a incumbência de uma enfermeira dietista responsável pela higiene, pela alimentação e pelo bem-estar das crianças.

A presença das irmãs de caridade na condução da educação das crianças remete a uma experiência de docência na creche de natureza filantrópica e médico-higiênica distinta da experiência de docência nos jardins de infância, como Padre Alberto Kolb, fundador da Creche Conde Modesto Leal, destacava:

As criancinhas são bem alimentadas, sempre lavadas e vestidas com asseio, havendo [...] um jardim de infância com instrução e folguedos infantis. [...] Mantem a Crèche um bem instalado Ambulatório medico sob a direção do abalisado e humanitário Dr. Norberto Bachmann, (CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO DE JOINVILLE, Livro 1, s./d. apud BATISTA, 2013, p. 159).

Era exaltada, também, a profícua atividade das Irmãs de Caridade São Vicente de Paula: “O que tem sido a ação humanitária destas humildes servas de Deus em Joinville é de todos sabido. Atestam-na brilhantemente o cuidado e o zelo de que são tratadas as criancinhas recolhidas á creche” (CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO DE JOINVILLE, Livro 3, 1941-1942, s./p. apud BATISTA, 2013, p. 160).

Os conhecimentos dos preceitos da puericultura e da higiene infantil constituíam a base da formação especializada para o exercício profissional na creche, dada a influência das ações do estado na produção de um modelo institucional que compôs o alicerce estruturante da constituição histórica da docência, inscrita nas práticas de caráter educativo-assistencialista, como já foi anunciado por Kuhlmann Jr. (1998, p. 190): “Há quem diga que a presença da medicina na creche seria outro fator a evidenciar o seu caráter não educacional, mas é necessário compreender que o núcleo da educação dos pequenos era pensado justamente como uma educação higiênica”.

Os processos que envolveram a constituição profissional feminina no âmbito da creche e do jardim de infância demonstram a submissão “aos discursos médicos e

religiosos, numa clara relação hierárquica que põe em evidência as relações de gênero na constituição dessa profissão” (BATISTA; ROCHA, 2018, p. 107). Pode-se inferir também que:

A vinculação da disposição do trabalho das mulheres aos atributos considerados inatos ao seu sexo biológico favoreceu, de certo modo, seu ingresso nas profissões que exigiam essas habilidades femininas, entre elas, o instinto maternal para a missão educadora e redentora da infância. (BATISTA; ROCHA, 2018, p. 107).

Compreender a constituição histórica da docência na educação infantil exige conhecer os processos formativos que habilitavam mulheres para atuar na educação da pequena infância em Santa Catarina.

REPRESENTAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PARA JARDINS DE INFÂNCIA CATARINENSES

Sendo mínima a iniciativa de oferta de jardins de infância públicos em Santa Catarina até a década de 1960, em contrapartida, na letra da lei, desde 1907 o estado reiteradamente conclamou sua criação¹⁹. Paralelamente a leis não efetivadas, a educação confessional católica e luterana assumiu essa frente, assim como a da formação das professoras para seus jardins de infância. Em 1908, foi criado o primeiro jardim de infância da Congregação das Irmãs da Divina Providência²⁰; em 1912, tem-se o registro de um jardim de infância criado pela Associação de Senhoras Evangélicas²¹. A partir de então, congregações femininas católicas e associações femininas luteranas expandiram suas iniciativas por várias cidades catarinenses.

Na década seguinte, em 1927, os Anais da 1ª Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina²², evento realizado na capital Florianópolis, atestam que o estado até então não havia cumprido o que deliberara em 1907 e, voltando a recomendar a criação de jardins de infância, versam sobre a formação especializada de professoras. A defesa dos jardins de infância deu-se em três *theses*: a) na *THESE* nº 34, do inspetor escolar João dos Santos Areão, que versa especificamente sobre a temática dos jardins de infância, distinguindo-se das demais pela ênfase na formação

¹⁹ Sobre o Decreto de 1907 e demais leis localizadas na pesquisa, ver Sá (2020).

²⁰ Na cidade de Tubarão, no Colégio São José, teve vida efêmera, fechado por falta de matrículas. O próximo jardim de infância foi fundado em 1914, em Florianópolis, no Colégio Coração de Jesus.

²¹ Junto à Escola Evangélica Alemã, na cidade de Brusque.

²² Em consonância com outros que se expandiam à época no Brasil, quando a educação da infância tornou-se insígnia do novo século e do regime republicano. Com foco no ensino primário e em um novo modelo de escolarização, os jardins de infância entram em pauta como parte do novo arquétipo de educação moderna. Sobre o evento, ver SÁ (2020).

de professoras especializadas e pela defesa da proposta de Froebel; b) na *THESE* n° 2, do diretor da Instrução Pública, Antônio Mâncio da Costa, em que os jardins de infância aparecem na temática da ampliação da estrutura da instrução pública, sugerindo a escola ativa e não no molde froebeliano, considerado por ele obsoleto; e c) na *THESE* n° 51, do Dr. Carlos Gomes de Oliveira, que sugere os jardins de infância em meio à temática da nacionalização do ensino para inculcar nas crianças, desde tenra idade, princípios nacionalizadores²³ (SÁ, 2020).

A divergência nas três *theses* permite identificar ideários distintos em relação à educação de crianças em jardins de infância pelas dissensões em torno de sua função, método e formação de professoras. O estado se autorizou a atribuir uma identidade às professoras e à sua formação por representantes que ocupavam cargos de destaque na hierarquia da educação pública que, segundo interpretações da realidade do mundo social de então, colocaram-se por meio de “concorrências” em meio a “lutas de representação” na defesa de suas concepções (CHARTIER, 1990).

Mesmo que não comprovada a criação de jardins de infância públicos até a década de 1960, destaca-se que a 1ª Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina, no ano de 1927, em linhas gerais, deliberou sobre a) a criação de jardins de infância, segundo Froebel, junto aos grupos escolares, com adaptação de métodos e horários de acordo com as diferentes zonas e condições étnicas; b) a criação de um jardim de infância na capital, Florianópolis, a título de experiência; e c) o envio, dentre as melhores professoras catarinenses, para o Rio de Janeiro ou para São Paulo para a aprendizagem prática em jardins de infância e conhecimentos teóricos do método de Froebel (SÁ, 2020). Isso evidencia determinada representação da formação dessas professoras, que fosse completa e especializada, dada a justificativa de conhecerem o método e de exercitarem a prática em jardins de infância públicos.

A recomendação de criação de jardins de infância públicos em Santa Catarina voltaria nas duas reformas educacionais do ensino primário e normal na década seguinte, em 1935 e 1939²⁴; contudo, sem a observância da formação de professoras, lembrando que jardins de infância figuravam no Brasil, à época, como campo de prática de professoras primárias. Na legislação educacional catarinense da década de 1940 e

²³ Diante da frente da educação de crianças catarinenses, já assumida por descendentes de imigrantes alemães em várias regiões de Santa Catarina.

²⁴ A Reforma de 1935, pelo Decreto-Lei n.º 713, transforma as escolas normais em institutos de educação, anexando jardins de infância. A Reforma de 1939, pelo Decreto-Lei n.º 306, reorganiza os institutos de educação, afirmando a prática pedagógica de normalistas em jardins de infância e grupos escolares.

1960, acompanhando o cenário nacional, é que se observam tratativas da formação especializada de professoras: no Decreto nº 3.674/1946, que trata do curso de especialização no ensino normal, definindo-se princípios para jardins de infância e programas para a formação de suas professoras; e no Decreto nº 105/1963, que responsabiliza o ensino normal também pelo provimento da docência para o pré-primário. Contudo, constata-se evidente defasagem entre o anunciado e o concretizado pelo estado desde 1907, estendendo-se até os anos 1960²⁵.

Em se tratando das duas instâncias confessionais – congregações femininas católicas e associações femininas luteranas – na investigação de ações formativas para a docência em jardins de infância, foram eleitas instituições segundo o critério de exemplaridade de fonte histórica²⁶. Assim, tomou-se por base a Congregação das Irmãs da Divina Providência²⁷, tanto pelo pioneirismo na criação de jardins de infância católicos e na expansão por várias regiões de Santa Catarina como pela formação específica de professoras. Nesse mesmo viés, no caso luterano, a busca se deu, em especial, a partir da Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau (Sesb)²⁸, pelas ações formativas para a docência e por ter dado origem a outras associações femininas luteranas que fundaram jardins de infância em várias cidades catarinenses. Em ambas as instâncias, aparece a identificação distinta das professoras dos jardins de infância em relação às do ensino primário: no caso das congregações católicas, identificou-se o registro predominante de “irmãs professoras de jardins de infância”, de “educadoras da infância”, de “jardineiras” e de “professoras de jardim de infância”. Nas associações luteranas, o registro de “*Kindergartenchwester*” (irmã de jardim de infância)²⁹, “professoras de jardim de infância” ou “professoras do pré-primário”. Ambos os casos têm relação com o período histórico estudado.

A Congregação das Irmãs da Divina Providência, quando chegou em Santa Catarina, de imediato atuou na educação³⁰ e nos colégios fundados para meninas e moças, incorporando jardins de infância, já que atendia às filhas da elite catarinense.

²⁵ Fiori (1975, p. 182) ratifica que os cursos de especialização previstos a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 em Santa Catarina, alinhados à lei federal, “foram logo criados legalmente, mas jamais instalados”.

²⁶ Nesse sentido, tinham “alguma densidade histórica”, demonstrando, “no decorrer do tempo, a realização dos objetivos” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 56).

²⁷ Vinda da Alemanha para Santa Catarina em 1895.

²⁸ Criada em 1907 por mulheres descendentes de alemães que emigraram para Santa Catarina. Foi pioneira no associativismo feminino luterano. A cidade de Blumenau foi fundada a partir da vinda de imigrantes alemães para a região.

²⁹ Diaconisas com formação em jardim de infância, provenientes da Alemanha.

³⁰ Sobre a experiência na educação trazida da Alemanha e diferentes frentes de atuação, ver Sá (2020).

Nos colégios a formação prática de futuras professoras não se dava somente com crianças do ensino primário, também o jardim de infância aparece como campo de prática de normalistas: “alunas-mestras do Instituto de Educação, acompanhadas pela professora de Metodologia, D. Maria de Moura Ferro, fazem prática pedagógica no jardim de infância” (À MARGEM..., 1945, p. 35)³¹. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se coaduna com a ideia de uma formação mais completa da professora primária diante de educação moderna em voga, também indica o interesse da Congregação das Irmãs da Divina Providência em formar normalistas para seus jardins de infância, consolidando, ao longo do tempo, um corpo docente especializado para a docência com crianças menores de sete anos de idade³².

Além da formação de normalistas destinadas também à docência em jardins de infância, podem-se acrescentar cursos específicos realizados nas dependências do Colégio Coração de Jesus. Na década de 1950, há registros de cursos que reuniam vários colégios na capital catarinense³³: “Irmã Carmosina [...] tomou parte do Curso para jardim de infância na Casa Matriz em Florianópolis” (CRÔNICA COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA, 1951, p. 26); “I. Zélia passou o mês de janeiro na Casa Matriz em Florianópolis, onde ministrou um breve curso de jardim de infância a um grupo de noviças” (CRÔNICA COLÉGIO STELLA MARIS, 1955, p. 25). Nesse sentido, Tardif (2014, p. 52) afirma que saberes experienciais extraídos da “prática cotidiana” podem ser “partilhados ou partilháveis nas relações entre os pares” e, ao adquirir “uma certa objetividade”, a professora torna-se formadora, ou seja, as irmãs professoras de jardim de infância da Congregação também eram formadoras das demais.

Sobre a Congregação das Irmãs da Divina Providência, pode-se citar, ainda, uma matriz dos conteúdos dos cursos realizados no Colégio Coração de Jesus a partir de uma formação especializada, promovida pelo Colégio Jacobina, no Rio de Janeiro. Isso porque religiosas foram enviadas para se formar no “Curso para Educadoras da Infância”: “Foi de 1954 a 1956. Eu tinha terminado no Colégio Coração de Jesus o

³¹ Este impresso escolar foi criado pela direção do Colégio Coração de Jesus, de Florianópolis, em 1933, sendo publicado até 1961. A *Revista Pétalas*, escrita por normalistas e ginasianas, situava os leitores dos acontecimentos do cotidiano escolar.

³² Conforme relação de professoras do jardim de infância do Colégio Coração de Jesus no início da década de 1970, é possível constatar que, das 14 professoras, 11 eram normalistas, 1 ginasiana, 1 frequentava a Faculdade de Pedagogia e 1 tinha licenciatura.

³³ Destacam-se, no anúncio de cursos realizados pelas irmãs professoras, em especial, as datas de realização, assim como nomes de algumas irmãs participantes ou ministrantes.

ginásio, em 1953, quando veio essa oferta de ir para o Rio de Janeiro, de um curso preparatório para professoras de educação pré-primária”³⁴.

Nesse curso, com duração de três anos, identificamos a matriz curricular que balizou a formação de professoras de jardim de infância nos cursos promovidos pela Congregação a partir do retorno das irmãs aos colégios: “Comecei a trabalhar no jardim de infância e já sempre organizando cursos, chamando as pessoas. Em 1957, eu comecei a trabalhar. Mas a partir de 1957 e depois, 1965, 1966, fizemos muitos cursos”. Nos cursos no Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, participavam professoras de jardins de infância dos vários colégios dessa e de outras congregações e ordens católicas de outras cidades catarinenses, assim como professoras leigas, fornecendo aporte teórico no que diz respeito ao embasamento de práticas educativas em jardins de infância católicos.

Pode-se demarcar nesse período, em alguma medida, uma ruptura no que diz respeito a evidenciar-se cada vez mais um rompimento com o senso comum da mitificação da mulher educadora nata, ou seja, de não ser mais possível ser professora de jardim de infância sem ter conhecimentos específicos. Isso “se traduz em reconhecimento de uma especificidade infantil” da faixa etária das crianças dos quatro aos seis anos, demandando uma formação docente especializada (FERREIRA, 2000, p. 189). Na própria denominação – “Curso para Educadoras da Infância” – consta essa demarcação em relação às professoras do ensino primário. Isso contribuiu sobremaneira para a representação dessas professoras enquanto “grupo”, “comunidade” ou “classe”, dada pela formação específica, que forja uma identidade própria (CHARTIER, 2002, p. 169).

Se, anteriormente, o Colégio Coração de Jesus mobilizou normalistas, formando-as pela prática para seus jardins de infância, passou, posteriormente, a enviar irmãs para se formarem como “Educadoras da Infância” numa modalidade do curso normal no Rio de Janeiro. Isso confere novos contornos à profissão e à representação da formação da professora de jardim de infância enquanto grupo distinto da professora primária, tendo em vista a “complexidade de um currículo que abarca o que cientificamente é mister saber e saber-fazer para a docência com crianças de quatro a seis anos, do que é específico desta faixa etária” (SÁ, 2020, p. 248).

³⁴ Entrevista concedida por Anita Moser, em 28 de novembro de 2019.

Nos três anos do “Curso para Educadoras da Infância”, identifica-se a predominância dos saberes advindos da Psicologia, com a presença das disciplinas Psicologia Educacional no 1º, no 2º e no 3º anos; Psicologia Geral no 1º ano; Psicologia Evolutiva no 2º ano; e Problemas Psicológicos da Criança no 3º ano do Curso. Em outro bloco, têm-se disciplinas que reúnem conhecimentos advindos da Biologia, como Higiene e Puericultura, presentes no 3º ano, assim como Noções de Nutrição; no 2º ano, aparece a disciplina Enfermagem Socorros de Urgência, juntamente com a Biologia Educacional; e no 1º ano, Fisiologia Educacional e Ciências Naturais. Ou seja, os conhecimentos da Psicologia e da Biologia alinham-se com uma função educativa racional e científica. Outras disciplinas do Curso eram Musicalização, Arte, Recreação, Desenho, Trabalhos Manuais³⁵, Linguagem, Estudo da Natureza e, ainda, as disciplinas didáticas da Educação Pré-Primária, Princípios da Educação Pré-Primária, que denotam uma especificidade pela distinção do campo de atuação das professoras. Na disciplina Pedagogia Catequética no Jardim de Infância, vê-se a força da religião como campo do saber na formação de professoras para catequizar crianças desde tenra idade nos preceitos cristãos católicos.

Isso denota que a formação para a docência no jardim de infância “adquire foro profissional, afastando-se do doméstico, uma vez que vai possibilitando um distanciamento da representação da professora vinculada à figura materna” e, desse modo, redefine “as relações adulto-criança e a própria função do jardim de infância”, mesmo diante das permanências de uma vinculação de inspiração froebeliana e da força da educação feminina no período (SÁ, 2020, p. 257).

No caso luterano, tomando por base a Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau, pode-se falar, de modo geral, em duas fases distintas na formação de professoras para jardins de infância³⁶: a) uma, que compreende desde a década de 1920 até o fechamento de tais instituições, com as leis nacionalizadoras de 1938³⁷; e b) outra, com a reabertura de jardins de infância luteranos a partir de 1949³⁸.

³⁵ A disciplina consta no 1º, no 2º e no 3º anos, vinculando-se à educação feminina do período. Contudo no tocante à profissão, originalmente, vincula-se aos exercícios e aos dons froebelianos, relacionados a alinhavos, dobraduras, cartonagem, modelagem, recorte, colagem, bordado, desenho, perfuração de papel, atividades manuais a serem executadas de forma artesanal pelas crianças no método dos jardins de infância de Froebel (SÁ, 2020).

³⁶ Considerando o arco temporal da tese de Sá (2020), que compreende os anos 1920-1960.

³⁷ Esta primeira fase foi interrompida com o Decreto-Lei n.º 4.082, de 15 de julho de 1938.

³⁸ Sobre esses jardins de infância, consultar Sá (2020).

Na primeira fase, destaca-se a fundação da Escola de Economia Doméstica – *Frauenschule* – pela Sesb, em 1929, com curso que formava professoras para jardim de infância, incluindo a parte prática no Jardim de Infância Fröbel, em funcionamento na Escola Alemã da cidade. Essa escola, por sua vez, igualmente manteve outras ações formativas, como *Kindergartenerinnen Seminar*³⁹ (STROKA, 1998) e a parceria com instituições alemãs, que incluíam o recebimento de brinquedos e materiais didáticos (STOETERAU, 2005). A criação da *Frauenschule* demonstra a importância dada pelas mulheres da Sesb à formação das jovens luteranas, o que não fugia à regra da educação feminina da época, a exemplo do que acontecia nas escolas normais públicas e nas confessionais católicas, contribuindo para a “tessitura mulher-mãe-professora”⁴⁰. Sá (2020) atesta que a *Frauenschule* também supriu a demanda de professoras formadas para o jardim de infância da Escola Alemã de Blumenau, por exemplo.

Como destaca Almeida (2004), nos cursos normais, as jovens mulheres eram educadas para se tornar *boas donas de casa, boas mães*, como também *boas professoras*. No final do século XIX, adentrando e firmando-se no XX, a atenção e a preocupação com a educação feminina estavam relacionadas à modernização da sociedade pela formação de padrões de higienização na família, normas de civilidade e edificação da cidadania entre os jovens (LOURO, 2007). A representação da formação da professora de jardim de infância pela Sesb, a partir da Escola de Economia Doméstica, diz respeito a uma formação completa da mulher, na teoria e na prática, imbricada nessa tessitura, que representa uma identidade social reconhecida no período.

Outra experiência vinculada à Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau, nessa primeira fase, denota a importância dada à formação especializada para mulheres atuarem em jardins de infância luteranos, quando da contratação de uma diaconisa, a *kindergartenchwester* Martha Heimmühle, vinda da Alemanha, em 1935, para o jardim de infância do bairro Garcia iniciar suas atividades: “Brincava junto. Cantava junto. Dançava junto com eles. Jardim de infância naquela época era para socializar as crianças brincando, cantando. [...] Tinha o alemão, as canções, os hábitos”⁴¹.

³⁹ Curso preparatório para atuação em jardim de infância.

⁴⁰ Expressão utilizada por Almeida (2004) sobre a feminização do magistério.

⁴¹ Entrevista concedida por Ingeborg Lauterjung, em 6 de novembro de 2018.

Pode-se dizer que, a partir do que era desenvolvido com as crianças, há indícios da formação das professoras e, assim, atividades como brincar, cantar, dançar podem ser tomadas como conhecimentos requeridos em jardins de infância luteranos, não descuidando da conservação dos hábitos alemães.

A identificação de uma segunda fase da formação de professoras para jardins de infância luteranos em Blumenau se deu, em especial, a partir das memórias de professoras⁴². Em ambas as fases, para as mulheres luteranas, o jardim de infância representava um espaço privilegiado para a socialização das crianças: “Vinha das mulheres. Necessidade de criarem espaços onde as crianças tivessem convivência com outras crianças [...] para começarem a aprender a viver em comunidade”⁴³. Ademais, contavam com o apoio da Igreja Luterana, pois a religião deveria ser privilegiada no jardim de infância, o que foi evidenciado pelas professoras: “De manhã era com oração que iniciavam as aulas e terminavam com oração. Agradeciam na hora do lanche [...]. Claro, as crianças aprendiam sobre a Bíblia, contavam-se histórias, pequenas histórias da Bíblia”, ou seja, “a criança foi direcionada para ter uma fé, uma crença. Porque quem colocava na escola luterana, já sabia que os fundamentos eram cristãos e luteranos”⁴⁴.

Isso demarca que a Igreja, enquanto espaço de sociabilidade, atuou como um lugar de saberes incorporados na prática docente por professoras de jardim de infância, como afirma Tardif (2014) ser a prática docente não apenas objeto de saberes curriculares provenientes das ciências da educação, mas uma atividade que mobiliza outros saberes, provenientes de várias fontes. Nesse sentido, além dos saberes relacionados a educação, psicologia, metodologia e prática no jardim de infância, dança, brincadeiras, histórias, trabalhos manuais, ginástica, letras e números, também orações, canções e histórias bíblicas compunham a prática docente com crianças, constituindo-se fonte de saberes oriundos de espaços sociais frequentados pelas professoras.

Outra experiência formativa deu-se pelos saberes compartilhados no fazer docente a partir da observação da prática junto a professoras mais experientes, para além dos cursos: “Eu fiz parte de um ‘estágio’ no jardim de infância da Escola Barão do

⁴² Ingeborg Lauterjung, idealizadora do Jardim de Infância 2 de Setembro, à época das entrevistas com 94 anos; Brigitte Fouquet Rosenbrock, do jardim de infância e pré-primário da Escola Barão do Rio Branco, com 84 anos; e Natália Hamann Schroeder, do Jardim de Infância Nazaré, com 74 anos. Foram professoras de jardins de infância luteranos entre os anos 1950 e 1960.

⁴³ Entrevista concedida por Brigitte Fouquet Rosenbrock, em 18 de junho de 2018.

⁴⁴ Entrevista concedida por Brigitte Fouquet Rosenbrock, em 5 de abril de 2018.

Rio Branco, e, 'depois', de um curso, quando veio uma professora da Alemanha. Isso foi em Joinville. Um encontro de professoras de jardim de infância. Foi um curso em alemão⁴⁵. Sobre essa experiência, foi esclarecido pela professora que recebia as estagiárias: "[...] as comunidades, os jardins de infância mandavam as suas professoras para a Barão para aprenderem lá. Elas estavam do meu lado, vendo como eu dava as aulas [...]. Iam aprender na prática, aprender como eu fazia". E destaca: "Aprendi a ser professora enquanto estava sendo professora"⁴⁶. Isso lembra aquilo a que Tardif (2014, p. 52) alude: os saberes experienciais como "certezas subjetivas acumuladas individualmente ao longo da carreira docente". O autor considera que esse saber adquirido ao longo da carreira compõe "uma história profissional onde o professor aprende a ensinar fazendo o seu trabalho" (TARDIF, 2014, p. 14). Ainda, em relação aos cursos, vale destacar que, nessa segunda fase da formação de professoras, passado o período de leis nacionalizadoras que atingiram jardins de infância luteranos, foi evidenciada uma retomada do contato com a Alemanha, a exemplo do que fora identificado anteriormente.

Há que se ressaltar que, na formação das mulheres que atuaram como professoras em jardins de infância catarinenses, católicos e luteranos, a religião teve papel relevante, constituindo-se uma das dimensões da docência. Princípios religiosos cristãos se traduziram no cotidiano dos jardins de infância, por meio de cantos, orações e histórias bíblicas, instituições essas privilegiadas para evangelização, adaptada à idade das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois estudos realizados no âmbito de Santa Catarina têm a intenção de contribuir para a ampliação do debate acerca da indefinição profissional pertinente às professoras de educação infantil no contexto das políticas educacionais, dentre elas, a política de formação inicial e continuada. Considera-se que os desafios em relação ao que é específico da docência e as referências para a profissão de professora de educação infantil decorrem, em grande medida, de suas origens históricas: políticas de assistência social e educação proveniente das leis trabalhistas; iniciativas de caráter religioso, filantrópico, assistencial; influência das bases científicas da puericultura que

⁴⁵ Entrevista concedida por Natália Hamann Schroeder, em 30 de novembro de 2018.

⁴⁶ Entrevista concedida por Brigitte Fouquet Rosenbrock, em 5 de abril de 2018.

configuravam a educação higiênica no contexto da creche; formação espiritual e moral; maternidade como referência para a docência; ausência estatal na implementação de políticas para a educação da pequena infância; composição de instituições de caráter privado criadas por associações femininas luteranas e congregações femininas católicas; composição diversa do corpo docente no jardim de infância e em creche; dimensões constituidoras da docência para os jardins de infância identificadas na tríade mulher-mãe-professora; e consideração do contexto dos processos de imigração, nacionalização, urbanização e industrialização.

Evidencia-se que a ausência do estado catarinense foi determinante na criação de iniciativas de caráter não homogêneo na estruturação da educação das crianças pequenas e dos processos formativos constituidores da docência. Mulheres religiosas católicas e mulheres luteranas desempenharam papel semelhante na educação da infância catarinense em iniciativas pioneiras de variada nomenclatura, como "creche", "jardim de infância", "casa da criança", "paraíso da criança", "pré-primário". Igualmente, foi identificada variada composição no quadro de profissionais dessas instituições: "irmãs juvenistas", "senhoras evangélicas", "profissionais leigas da comunidade", "enfermeiras", "professoras", "irmãs professoras de jardins de infância", "educadoras da infância", "jardineiras", "professoras de jardim de infância", "*Kindergartenwester*" e "professoras do pré-primário" em diferentes tempos históricos.

As pesquisas em Santa Catarina evidenciaram também significativa defasagem de iniciativas de creches em relação aos jardins de infância, assim como da oferta de jardins de infância públicos em relação aos confessionais. Outra questão diz respeito à definição de profissionais com funções distintas para atuar na creche e no jardim de infância que reitera a dicotomia da docência junto às crianças menores e maiores, respectivamente. Acompanhando a história da educação infantil em âmbito nacional, as iniciativas de jardins de infância catarinenses atenderam, em geral, a crianças oriundas de classes mais abastadas, excetuadas aquelas de caráter assistencial e filantrópico, para a educação das crianças de famílias de classes menos favorecidas, assim como no caso das creches.

Na constituição histórica da docência, que se confirmou sob a tríade mulher-mãe-professora, em especial no jardim de infância, observou-se, ao mesmo tempo, uma ruptura no âmbito epistemológico com atributos vinculados exclusivamente à maternidade pela importância dada à especialização com base em saberes científicos

pautados na Psicologia, na Biologia e na Pedagogia diante das especificidades da faixa etária e dos métodos próprios para a docência no jardim de infância. De forma distinta, convergem, na base estruturante da creche, os preceitos da puericultura e da educação higiênica. Nesse sentido, configurou-se a definição de dois profissionais, com funções distintas, que conferiram um caráter diferenciado à docência no jardim de infância e na creche, que, por sua vez, diferenciaram a docência para a pequena infância em relação às idades seguintes.

Pretendeu-se com este trabalho contribuir com a produção historiográfica brasileira sobre a Educação Infantil e com novos questionamentos críticos e de investigação sobre os processos constitutivos que envolvem a especificidade da docência.

REFERÊNCIAS

À MARGEM do ano letivo. **Revista Pétalas**, Florianópolis, Colégio Coração de Jesus, 1945.

AGOSTINHO, Kátia Adair. A escuta das crianças e a docência na educação infantil. **Unisul**, Tubarão, v. 12, n. 21, p. 154-166, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel**: o pedagogo dos Jardins de Infância. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Jardim de Crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, Carlos. (org.). **Educação da infância brasileira (1875-1983)**. São Paulo: Autores Associados, 2001. p. 31-64.

BATISTA, Rosa. **A emergência da docência na educação infantil no estado de Santa Catarina**: 1908-1949. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BATISTA, Rosa; ROCHA, Eloísa Acires Candal. Docência na Educação Infantil: origens de uma constituição profissional feminina. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 95-11, jan./jun. 2018.

BATISTA, Rosa; SCHMIDT, Leonete L. Constituição de um acervo documental sobre a história da Educação Infantil em Santa Catarina na primeira metade do século XX. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 292-324, set./dez. 2018.

BIANCHEZZI, Clarice. Imigrantes de origem alemã e a presença da Igreja Católica em Santa Catarina. *In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO*, 14., 8-12 set. 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. CD-ROM.

BIANCHEZZI, Clarice. **Entre documentos e narrativas, marcas de identidade**: a organização dos dois primeiros Centros de Desenvolvimento Infantil e as religiosas da Fraternidade Esperança. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

CASTRO, Joselma Salazar. **A docência na educação infantil como ato pedagógico**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CERISARA, Ana Beatriz. **A construção da identidade das profissionais de educação infantil**: entre o feminino e o profissional. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil**: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2002.

CIVILETTI, Maria Vitória Pardal. **A creche e o nascimento da nova maternidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

COUTINHO, Angela Scalabrin. Os bebês e a brincadeira: questões para pensar a docência. **Da Investigação às Práticas**, v. 4, n. 1, p. 31-47, 2013.

CRÔNICA DO COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA (BLUMENAU) 1895-1968. Blumenau: Congregação das Irmãs da Divina Providência, 1951.

CRÔNICA DO COLÉGIO STELLA MARIS. Laguna: Congregação das Irmãs da Divina Providência, 1955.

DUARTE, Fabiana. **Professoras de bebês**: as dimensões educativas que constituem a especificidade da ação docente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERNANDES, Tatiane Márcia. **Professoras de educação infantil**: dilemas da constituição de uma especificidade profissional: uma análise sobre a produção científica brasileira (1996-2009). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FERREIRA, Maria Manuela. **Salvar corpos, forjar a razão**: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal 1880-1940. Porto: Instituto de Inovação Nacional, 2000.

FIGUEIREDO, Gastão. **Creche**. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Criança/Ministério da Educação e Saúde; Imprensa Nacional, 1946. (Coleção DNCr, nº 95).

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis, SC: Secretaria da Educação, 1975.

FRAGMENTOS de nossa história local: Pensionato Evangélico de Moças. **Blumenau em Cadernos**, t. XLII, n. 5/6, maio/jun. 2001.

ISOTTON, Andréa Patrícia Probst. **A influência do luteranismo e do catolicismo nos primeiros jardins de infância em Rio do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Rio do Sul, 2004.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo**: das origens a 1940. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

KLUG, João. **A escola teuto-catarinense e o processo de modernização em Santa Catarina**: a ação da Igreja Luterana através das escolas (1871-1938). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade São Paulo, São Paulo, 1997.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

KUHLMANN Jr., Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre, RG: Mediação, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORI, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas, SP: Alínea, 2009.

PIERI, Marlise Medeiros Nunes. **A educação infantil em Tubarão/SC**: um estudo histórico da emergência das instituições coordenadas por congregações religiosas (1908-1969). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão**: pedagogia missionária no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. Infância e pedagogia: dimensões de uma intrincada relação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 21-33, jul./dez. 1997.

SÁ, Patrícia Regina Silveira. **Representações sobre formação de professoras para jardins de infância em Santa Catarina (1920-1960)**: estado, congregações femininas católicas e associações femininas luteranas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SAYÃO, Déborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil**: um estudo de professores em creche. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Condição camponesa, migração e mobilidade social no contexto da colonização estrangeira em Santa Catarina. **Cadernos Ceru**, v. 23, n. 2, maio 2013.

SOUSA, Jessie Jane Vieira. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.

SOUZA, Gizele. **Instrução, o talher para o banquete da civilização**: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

STOETERAU, Edith. **Relatório de 1935 da Escola Alemã, de Blumenau**. Tradução: Ellen Vollmer. Blumenau, 2005.

STROKA, L. A Escola Alemã de Blumenau – 1935. **Blumenau em Cadernos**, t. XXXIX, n. 9, set. 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; GAUTHIER, Clermont. **Formação dos professores e contextos sociais**. Porto: Rés, 2001.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **Creches no Brasil**: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga; OLIVEIRA, Tiago Grama. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 131-154, maio/ago. 2013.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; SOUZA, Gizele. Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 1, p. 119-139, 2010.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

EMERGÊNCIA DA DOCÊNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA CATARINA: ANOS 1900 A 1960

Emergency of teaching and training of teachers in the history of childhood education in Santa Catarina: years 1900 to 1960

Patrícia Regina Silveira de Sá

Doutora em Educação
NEIM Monsenhor Frederico Hobold
Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN
Florianópolis, Brasil
patricia.sabrant@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1465-4198>

Rosa Batista

Doutora em Educação
Professora aposentada
Universidade do Sul de Santa Catarina
Fórum Catarinense de Educação Infantil – FECEI
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância – NUPEIN/UFSC
Grupo de Estudos e Pesquisas da História da Educação Catarinense – GEPHEC/PPGE-Unisul
Tubarão, Brasil
rosatigipa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4399-6621>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua das Tainhotas, nº73, apto. 101, Jurerê, Florianópolis, Santa Catarina, CEP- 88034655

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: R. Batista, P. R. S. Sá

Coleta de dados: R. Batista, P. R. S. Sá

Análise de dados: R. Batista, P. R. S. Sá

Discussão dos resultados: R. Batista, P. R. S. Sá

Revisão e aprovação: R. Batista, P. R. S. Sá

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

As pesquisas de Batista (2013) e Sá (2020) tiveram financiamento do Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) do Governo de Santa Catarina.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A pesquisa de Sá (2020) teve aprovação no Comitê de Ética (CAEE: 89585517.7.0000.0121)
Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Estado de Santa Catarina

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 29-07-2021 – Aprovado em: 23-10-2021